Queda da taxa de juros ainda vai demorar

Em documento encaminhado aos líderes dos partidos que apóiam o governo no Congresso, o Ministério da Fazenda mostrou que não se deve esperar uma redução imediata ou no curto prazo das taxas de juros.

"Sua redução gradual está condicionada à consolidação dos sinais de desaquecimento da demanda, recuperação da balança comercial e consolidação do ajuste fiscal", diz o texto.

Datado de 21 de junho, o documento "Um ano de real", de 25 páginas, faz um balanço do primeiro ano do Plano Real. Ele foi elaborado pelo Ministério da Fazenda, objetivando municiar os parlamentares governistas com argumentos em defesa do programa.

O texto faz a defesa da "opção governamental pela adoção de uma política monetária restritiva, baseada em altas alíquotas de recolhimento compulsório".

Entre as "vantagens" dessas altas alíquotas de recolhimentos compulsório, o Ministério da Fazenda explica que elas diminuem "a disponibilidade do sistema financeiro de gerar crédito" e elevam o *spread* entre as taxas de captação (poupador) e as taxas de financiamento (empréstimo), "possibilitando que se faça uma política monetária restritiva sem aumentar a taxa de juros".

Poupança — O comportamento dos juros tem se pautado "pela necessidade de incentivar a poupança, a entrada de capitais e controlar a expansão do crédito doméstico e a demanda agregada".

O aumento dos juros feito pelo governo foi motivado "pelo imperativo de conter o excesso de demanda e evitar a especulação no mercado cambial decorrente do episódio da mudança da banda cambial e dos efeitos da crise mexicana".

O documento garante ainda que "é errôneo" falar que o Brasil está em recessão. "Os indicadores disponíveis apontariam, no máximo, para desaceleração do crescimento".

Informa que "a escassez de crédito e dificuldades financeiras recentes de empresas do setor privado estão associadas a um ciclo de crédito exagerado ocorrido depois do Real, e não à política de juros".

Dois gráficos apresentados no textos procuram provar que "esgotamento do ciclo de sobreendividamento do pós-Real acarretou forte racionamento de crédito".

Para reforçar essa idéia, três evidências são apresentadas: a primeira é que "os registros de atrasos em carnês vêm aumentando desde o início do Plano".

A segunda evidência é que "o crescimento do percentual de cheques sem fundos sobre o total de cheques emitidos começou a crescer desde agosto de 1994; e a terceira é que a elevação do número de concordatas se iniciou em novembro de 1994 e o de falências em janeiro de 1995.